



**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



---

Unitins – Sede Administrativa – Qd. 108 Sul, Alameda 11, lote 03 – CEP 77020-122 | [www.unitins.br](http://www.unitins.br)

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DIANÓPOLIS-TO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

WESLEY MESQUITA QUEIROZ

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO EM PONTE ALTA DO BOM  
JESUS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA GESTÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO  
TERRITORIAL**

DIANÓPOLIS-TO  
2025

WESLEY MESQUITA QUEIROZ

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO EM PONTE ALTA DO BOM JESUS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA GESTÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL**

Artigo apresentado como requisito parcial para conclusão de curso e à obtenção do grau Bacharel em Administração, submetida à Coordenação do Curso de Administração da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Campus Dianópolis.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Me. Renata Salomão Gonçalves Lesse.

DIANÓPOLIS-TO  
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual do  
Tocantins**

---

Q3d                      QUEIROZ, Wesley Mesquita  
                                 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TURISMO  
                                 EM PONTE ALTA DO BOM JESUS: DESAFIOS E  
                                 ESTRATÉGIAS DA GESTÃO PÚBLICA E  
                                 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL. Wesley Mesquita  
                                 Queiroz. - Dianópolis, TO, 2025  
  
                                 Artigo de Graduação - Universidade Estadual do Tocantins  
                                 – Câmpus Universitário de Dianópolis - Curso de  
                                 Administração, 2025.  
  
                                 Orientadora: Reanata Salomão Gonçalves Lesse  
  
                                 1. Turismo. 2. Desenvolvimento sustentável. 3.  
                                 Administração Pública. 4. Ponte Alta do Bom Jesus-TO.

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UNITINS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## ATA DE DEFESA PÚBLICA

### TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2025, às 18h00 horas, em sessão pública, na presença da Banca Examinadora presidida pela professora M<sup>a</sup>. Renata Salomão Gonçalves Lesse e composta pelos examinadores:

1. Professor Esp. Luan Sousa Trindade
2. Professor Esp. Renato Gualberto Carvalho

O aluno Wesley Mesquita Queiroz apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso Intitulado: “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO EM PONTE ALTA DO BOM JESUS: ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA GESTÃO PÚBLICA NA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL”, como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Graduação de Administração. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela: APROVAÇÃO, referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

Documento assinado digitalmente



RENATA SALOMAO GONCALVES LESSE  
Data: 18/12/2025 20:28:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente da Banca Examinadora  
Professora M<sup>a</sup> Renata Salomão Gonçalves Lesse

Documento assinado digitalmente



LUAN SOUSA TRINDADE  
Data: 18/12/2025 21:03:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador 01  
Professor Esp. Luan do Sousa Trindade

Documento assinado digitalmente



RENATO GUALBERTO CARVALHO  
Data: 18/12/2025 22:46:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador 02  
Professor Esp. Renato Gualbeto Carvalho

Documento assinado digitalmente



WESLEY MESQUITA QUEIROZ  
Data: 19/12/2025 20:20:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aluno  
Wesley Mesquita Queiroz

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO EM PONTE ALTA DO BOM JESUS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA GESTÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Wesley Mesquita Queiroz<sup>1</sup>  
Renata Salomão Gonçalves Lesse<sup>2</sup>

### RESUMO

O turismo pode desempenhar papel estratégico na geração de emprego, renda e na valorização cultural de comunidades locais. No Brasil, essa atividade ganha relevância em territórios com forte potencial ambiental e paisagístico, como é o caso de Ponte Alta do Bom Jesus, no estado do Tocantins, marcada por um significativo apelo ao ecoturismo. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho foi analisar as estratégias de gestão pública e organização territorial adotadas em 2025 pelo município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO, para promover o desenvolvimento sustentável. Para tanto, procurou-se identificar as estratégias de atuação da gestão pública no município com relação ao turismo local e analisar a sustentabilidade da atividade turística no município. Para o alcance desse propósito, a pesquisa desenvolvida foi de caráter qualitativo, exploratório e bibliográfico, utilizando como base produções científicas, relatórios institucionais e documentos oficiais. Atualmente a gestão municipal tem empreendido esforços significativos de melhorias estruturais, reconstruções estratégicas e ações voltadas para a modernização da administração turística. Iniciativas como a requalificação de vias de acesso, a recuperação de espaços públicos, as ampliações da infraestrutura de apoio ao turista, bem como a implementação de programas de capacitação e atualização profissional, demonstram um movimento concreto em direção a uma gestão mais eficiente e sustentável.

**Palavras-chave:** Turismo sustentável. Gestão pública. Organização territorial. Desenvolvimento local. Ponte Alta do Bom Jesus.

### ABSTRACT

Tourism can play a strategic role in generating employment, income, and cultural value for local communities. In Brazil, this activity gains relevance in territories with strong environmental and landscape potential, such as Ponte Alta do Bom Jesus, in the state of Tocantins, marked by a significant appeal to ecotourism. Therefore, the general objective of this work was to analyze the public management and territorial organization strategies adopted in 2025 by the municipality of Ponte Alta do Bom Jesus-TO to promote sustainable development. To this end, the study sought to identify the strategies of public management in the municipality regarding local tourism and to analyze the sustainability of tourism activity in the municipality. To achieve this purpose, the research developed was qualitative, exploratory, and bibliographic, using scientific publications, institutional reports, and official documents as a basis. Currently, the municipal administration has undertaken significant efforts in structural improvements, strategic reconstructions, and actions aimed at modernizing tourism administration. Initiatives such as the upgrading of access roads, the restoration of public spaces, the expansion of tourist support infrastructure, as well as the

<sup>1</sup> Graduando do curso de Administração da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) do Campus de Dianópolis-To. e-mail: wesleymesquita@unitins.br

<sup>2</sup> Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) do Campus de Dianópolis-To. e-mail: renata.sg@unitins.br

implementation of training and professional development programs, demonstrate a concrete movement towards more efficient and sustainable management.

**Keywords:** Sustainable tourism. Public management. Territorial organization. Local development. Ponte Alta do Bom Jesus.

## 1. INTRODUÇÃO

O turismo sustentável tem se consolidado como um dos principais eixos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social em diferentes países, sendo reconhecido pela sua capacidade de integrar conservação ambiental, inclusão social e crescimento econômico equilibrado. No contexto brasileiro, regiões de destaque para o ecoturismo, como o Parque Estadual do Jalapão, localizado no estado do Tocantins, atraem um número crescente de visitantes nacionais e internacionais, impulsionando a economia regional e ampliando os desafios de planejamento e gestão pública (Beni, 2021).

O município de Ponte Alta do Bom Jesus, considerado a porta de entrada do Jalapão, ocupa posição estratégica nesse cenário, pois concentra grande parte da infraestrutura de recepção e circulação de turistas. Essa centralidade, entretanto, acarreta responsabilidades adicionais para o poder público local no que se refere ao ordenamento territorial e à adoção de políticas que assegurem um turismo ambientalmente responsável e socialmente inclusivo. A ausência de planejamento estruturado pode comprometer a sustentabilidade da atividade turística, ocasionando impactos como degradação ambiental, sobrecarga da infraestrutura urbana e desigualdade no acesso aos benefícios gerados pelo setor (Loureiro; Moreira, 2019).

Nessa perspectiva, o Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Nações Unidas, 1987, p. 43).

Essa concepção foi reforçada pela Agenda 2030 e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estabelecem diretrizes globais voltadas à erradicação da pobreza, à preservação ambiental e à promoção da prosperidade em escala mundial (Nações Unidas, 2015).

Diante deste panorama a questão de pesquisa foi assim formulada: As estratégias de gestão pública adotadas pelo município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO, no ano de 2025, podem promover o desenvolvimento sustentável do turismo, equilibrando crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social?

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar as estratégias de gestão pública e organização territorial adotadas em 2025 pelo município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO, para promover o desenvolvimento sustentável. Para tanto, procurou-se identificar as estratégias de atuação da gestão pública no município com relação ao turismo local e analisar a sustentabilidade da atividade turística no município.

Para o alcance desse propósito, a pesquisa desenvolvida foi de caráter qualitativo, exploratório e bibliográfico, utilizando como base produções científicas, relatórios institucionais e documentos oficiais.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de investigar as estratégias que podem contribuir para alinhar o turismo em Ponte Alta do Bom Jesus aos princípios da sustentabilidade, assegurando que o crescimento do setor ocorra de forma planejada e equitativa.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo justifica-se pela contribuição ao avanço das discussões sobre turismo sustentável em municípios de pequeno porte, tema ainda pouco explorado em pesquisas aplicadas no Sudeste do Tocantins, onde o município em estudo se localiza.

Sob a perspectiva social, a investigação busca fomentar a participação da comunidade local nos processos decisórios, promovendo maior inclusão e equidade social. No âmbito prático, espera-se que os resultados subsidiem gestores públicos e empreendedores do setor turístico, oferecendo estratégias que possibilitem alinhar o desenvolvimento do turismo às demandas de preservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento regional.

Assim, a pesquisa apresenta relevância teórica, social e prática, fundamentando-se na urgência de alinhar as práticas turísticas de Ponte Alta do Bom Jesus aos princípios do desenvolvimento sustentável, de modo a assegurar benefícios para a população atual sem comprometer os recursos necessários às gerações futuras.

A estrutura do trabalho está organizada em quatro seções, esta primeira seção introdutória, uma segunda apresentando uma revisão teórica sobre o conceito de turismo sustentável e sua relação com o desenvolvimento regional. A terceira seção aborda os principais desafios enfrentados pela gestão pública e pela organização territorial em Ponte Alta do Bom Jesus, destacando impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da atividade turística. Por fim, a quarta seção propõe estratégias e recomendações para a promoção do turismo sustentável no município, enfatizando a integração entre poder público, setor privado e comunidade local.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se um eixo estruturante das políticas públicas e das discussões socioambientais desde a segunda metade do século XX. A emergência da crise ambiental global, evidenciada pelo aumento da degradação de ecossistemas, perda de biodiversidade e desigualdade social, exigiu novos paradigmas de desenvolvimento.

### 2.1 Desenvolvimento sustentável e turismo sustentável: conceitos e relações

Nesse contexto, o Relatório Brundtland (1987), publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, introduziu uma das definições mais difundidas do conceito ao afirmar que o desenvolvimento sustentável é aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades”. Essa perspectiva rompe com visões puramente economicistas, propondo uma abordagem integrada baseada em três pilares — econômico, social e ambiental — que devem coexistir harmonicamente para garantir a continuidade da vida humana e dos sistemas naturais.

Autores como Ignacy Sachs (2002) ampliam essa compreensão ao sugerir que o desenvolvimento sustentável precisa incorporar também as dimensões cultural, territorial, política e ética, uma vez que a sustentabilidade não pode ser reduzida a critérios ecológicos. De acordo com ele, o desenvolvimento deve promover inclusão social, respeito às identidades culturais e boas práticas de governança.

Já Daly (1996) argumenta que a economia deve ser pensada dentro dos limites da biosfera, destacando que o crescimento econômico ilimitado é incompatível com um planeta finito. Dessa forma, a sustentabilidade emerge como um modelo alternativo ao desenvolvimento tradicional, enfatizando equilíbrio, responsabilidade intergeracional e conservação dos recursos naturais.

Quando se observa o setor turístico sob essa ótica, surge o conceito de turismo sustentável, diretamente relacionado à necessidade de minimizar impactos negativos e potencializar benefícios socioeconômicos.

A Organização Mundial do Turismo desde 2001 define o turismo sustentável como um processo de desenvolvimento que leva em consideração os impactos presentes e futuros da atividade, atendendo às necessidades de visitantes, empresas, comunidades anfitriãs e meio ambiente.

Swarbrooke (2000) complementa essa definição ao afirmar que o turismo sustentável não é uma categoria fixa, mas um ideal a ser continuamente perseguido, exigindo monitoramento, planejamento e gestão eficientes.

Para Hunter (1997), a sustentabilidade no turismo deve ser compreendida em diferentes escalas — ambiental, econômica e sociocultural — e sua aplicação depende de condições locais específicas.

O turismo sustentável, portanto, implica a criação de estratégias que considerem capacidade de carga dos destinos, evitando a superexploração de atrativos, a descaracterização cultural e a exclusão de comunidades locais. Além disso, enfatiza a necessidade de educação ambiental, qualificação profissional e envolvimento direto dos moradores no processo de tomada de decisão. Nesse sentido, autores como Pearce (1995) e Lane (1994) reforçam que o turismo sustentável é um campo interdisciplinar, que articula economia, sociologia, ecologia, geografia e gestão pública para construir modelos mais equilibrados de desenvolvimento territorial.

As discussões sobre sustentabilidade e turismo ganharam novo fôlego com a aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, implementada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. A Agenda 2030 apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), acompanhados por 169 metas que orientam políticas públicas globais até 2030.

O turismo aparece explicitamente nos ODS 8, 12 e 14, mas contribui indiretamente para diversos outros, dada sua natureza transversal. **O ODS 8** destaca o potencial do turismo para gerar trabalho decente e crescimento econômico, reforçando a necessidade de inclusão produtiva e equidade. **O ODS 12** enfatiza práticas responsáveis de produção e consumo, essenciais para reduzir impactos ambientais da atividade turística. **O ODS 14** reconhece o papel do turismo na conservação de áreas costeiras e marinhas, principalmente por meio de práticas sustentáveis de turismo costeiro e ecoturismo.

Segundo Beni (2019), a inserção do turismo na Agenda 2030 evidencia sua relevância como instrumento de desenvolvimento, mas também reforça a necessidade de políticas integradas que alinhem competitividade e sustentabilidade.

A OMT (2017) argumenta que o turismo pode contribuir diretamente para a erradicação da pobreza, conservação ambiental, igualdade de gênero e promoção da diversidade cultural, desde que os destinos adotem práticas responsáveis e participativas. Dessa forma, a Agenda 2030 amplia a responsabilidade governamental e institucional, estimulando o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao equilíbrio entre economia e conservação.

Nesse cenário, a gestão pública no turismo desempenha um papel essencial, dado que o desenvolvimento sustentável da atividade depende de processos de planejamento, regulação e governança territorial. A gestão pública do turismo envolve a criação de políticas adequadas, o ordenamento de espaços turísticos, a implementação de infraestrutura, a fiscalização ambiental e urbanística, além da promoção e incentivo ao setor.

Para Boullón (2002), o planejamento turístico é um processo que exige análise contínua dos recursos, definição de estratégias, participação comunitária e avaliação dos impactos socioambientais. Ele defende que o turismo só pode gerar benefícios efetivos quando guiado por políticas públicas sólidas, capazes de equilibrar interesses públicos e privados.

Hall (2001) complementa esse entendimento ao afirmar que o turismo é uma atividade profundamente política, pois envolve disputas de poder, uso do território e distribuição de benefícios econômicos. Assim, a governança é um aspecto essencial para garantir que a atividade seja inclusiva e participativa.

No caso brasileiro, Cruz (2001) destaca que o turismo deve ser articulado com políticas de desenvolvimento regional, evitando que seja tratado como setor isolado. A autora reforça que o Estado precisa assumir papel articulador, promovendo integração entre governo, iniciativa privada e sociedade civil.

Da mesma forma, Petrocchi (2009) argumenta que a gestão de destinos turísticos deve considerar fatores como identidade cultural, capacidade de carga, infraestrutura e conservação ambiental.

Portanto, o desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável, a Agenda 2030 e a gestão pública compõem um conjunto articulado de perspectivas teóricas que reforçam a necessidade de modelos de planejamento integrados e participativos. O turismo, quando orientado por princípios sustentáveis e políticas públicas eficazes, pode se consolidar como instrumento de inclusão social, conservação ambiental e desenvolvimento territorial equilibrado. A construção de destinos turísticos resilientes requer não apenas investimentos econômicos, mas sobretudo visão estratégica, governança democrática e compromisso com as gerações futuras.

O turismo consolidou-se nas últimas décadas como um dos setores mais dinâmicos da economia global, desempenhando papel relevante na integração de cadeias produtivas. No entanto, sua expansão desordenada pode intensificar problemas ambientais e sociais, como a degradação de ecossistemas, a precarização das condições de trabalho e a exclusão das comunidades locais dos benefícios gerados pela atividade (Loureiro; Moreira, 2019).

Nesse sentido, o turismo deve ser compreendido como um fenômeno social e econômico

que, se adequadamente planejado, torna-se instrumento de desenvolvimento equilibrado. De acordo com Beni (2021, p. 42), “o turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que, se adequadamente planejado, torna-se instrumento de desenvolvimento regional sustentável”.

A concepção de turismo sustentável está fundamentada no conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente divulgado a partir do Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, que o define como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Nações Unidas, 1987, p. 43).

Aplicado ao turismo, esse paradigma implica promover práticas que conciliem crescimento econômico, conservação ambiental e inclusão social, evitando que a exploração de recursos naturais e culturais comprometa sua renovação.

Olivera et al. (2020) reforçam essa ideia ao argumentar que a sustentabilidade no turismo deve considerar as especificidades territoriais, incorporando dimensões culturais, sociais e econômicas ao processo de planejamento.

Nesse contexto, a gestão pública assume papel estratégico, pois é responsável pela regulação do uso do solo, pela implementação de infraestrutura adequada e pelo incentivo a práticas de conservação. Fernández et al. (2019) destacam que a organização territorial é ferramenta essencial para equilibrar a utilização dos recursos naturais com as demandas do desenvolvimento econômico, de forma a reduzir conflitos e assegurar a sustentabilidade da atividade turística.

Essa perspectiva é reforçada por Marín-González et al. (2022), ao enfatizar o conceito de Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), que reconhece a importância do diálogo com a comunidade e da valorização das potencialidades locais como elementos centrais do planejamento territorial.

A participação da comunidade local, nesse sentido, é condição indispensável para a consolidação do turismo sustentável. De acordo com Pollice (2010), a valorização dos elementos identitários de um território fortalece a legitimidade das políticas públicas e amplia a sustentabilidade das iniciativas.

Raposo-González (2022) e Sorea, Defta e Popescu (2023) complementam ao afirmar que a inclusão social no turismo deve ultrapassar a geração de renda, incorporando também o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a preservação das tradições culturais.

No caso de municípios como Ponte Alta do Bom Jesus, que concentram elevado potencial para o ecoturismo, mas enfrentam fragilidades estruturais, torna-se necessário que a gestão pública

articule ações voltadas simultaneamente à preservação ambiental, ao ordenamento territorial e ao protagonismo comunitário.

Dessa forma, o turismo sustentável não deve ser compreendido apenas como uma diretriz ambiental, mas como uma estratégia de governança participativa, inclusão social e equilíbrio territorial.

## **2.2- Área de estudo**

O município de Ponte Alta do Bom Jesus localizado no estado do Tocantins, região Norte do Brasil. A compreensão do contexto histórico, geográfico e demográfico do município é fundamental para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais.

### *2.2.1- Contexto Histórico do Município*

O município de Ponte Alta do Bom Jesus localizado no estado do Tocantins, região Norte do Brasil. A compreensão do contexto histórico, geográfico e demográfico do município é fundamental para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais.

O processo de ocupação de Ponte Alta do Bom Jesus remonta ao século XIX, quando surgiram os primeiros núcleos populacionais às margens do rio Ponte Alta. O local recebeu essa denominação em razão da existência de uma ponte elevada sobre o curso d'água, que servia como ponto de passagem para tropeiros e viajantes da região. Inicialmente, o povoado desenvolveu-se de forma lenta, sustentado principalmente pela agropecuária e pela criação de gado, atividades típicas da ocupação do interior brasileiro nesse período.

Com o crescimento populacional e a consolidação do povoado, Ponte Alta do Bom Jesus foi elevada à condição de distrito em 1951, passando a integrar administrativamente o município de Taguatinga. Posteriormente, em 14 de novembro de 1958, por meio da Lei Estadual nº 2.134, ocorreu sua emancipação político-administrativa, sendo oficialmente instalado como município em 1º de janeiro de 1959. Desde então, o município passou a desenvolver sua própria estrutura administrativa, mantendo forte vínculo com atividades rurais e tradições culturais e religiosas locais.

### *2.2.1- Localização Geográfica e Aspectos Regionais*

Ponte Alta do Bom Jesus está situada na porção sudeste do estado do Tocantins, integrando a mesorregião Oriental Tocantinense e a microrregião de Dianópolis. O município possui área territorial aproximada de **1.718,79 km<sup>2</sup>**, caracterizando-se por uma extensa área rural e baixa

densidade demográfica.

Do ponto de vista ambiental, o município está inserido no bioma **Cerrado**, predominante na região central do Brasil. Esse bioma apresenta vegetação característica, clima tropical com estação seca bem definida e solos que influenciam diretamente as práticas agropecuárias desenvolvidas no município. A localização geográfica pode ser observada no mapa do estado do Tocantins disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que situa Ponte Alta do Bom Jesus no contexto regional e estadual

### *2.2.3- Panorama Demográfico e Social*

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Ponte Alta do Bom Jesus possui uma população estimada em aproximadamente 4.220 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022. As estimativas mais recentes indicam uma população em torno de 4.280 habitantes, demonstrando relativa estabilidade populacional ao longo dos últimos anos.

A densidade demográfica do município é considerada baixa, em torno de 2,4 habitantes por quilômetro quadrado, o que reforça seu caráter predominantemente rural. Essa configuração territorial influencia diretamente o acesso a serviços públicos, infraestrutura urbana e políticas de desenvolvimento local.

No que se refere aos indicadores sociais, o município apresenta desafios comuns a pequenas cidades do interior brasileiro, especialmente no que diz respeito à geração de emprego, renda e acesso a serviços essenciais. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), conforme dados do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano, classifica o município em nível médio-baixo, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e econômico da região.

### **2.3- Relação das Fragilidades Locais com o Desenvolvimento Sustentável do Turismo**

A análise do desenvolvimento sustentável do turismo em Ponte Alta do Bom Jesus evidencia que as fragilidades estruturais, sociais e institucionais do município estão diretamente relacionadas aos desafios enfrentados para a consolidação de uma atividade turística equilibrada, conforme os princípios do desenvolvimento sustentável estabelecidos pelo Relatório Brundtland e pela Agenda 2030.

Uma das principais fragilidades observadas refere-se à ausência de um planejamento turístico estruturado e integrado ao ordenamento territorial. Conforme discutido no trabalho, o

crescimento do fluxo turístico, impulsionado pela posição estratégica do município como principal porta de entrada do Jalapão, ocorre, em muitos casos, de forma desordenada. Essa fragilidade compromete a sustentabilidade ambiental, uma vez que a falta de diretrizes claras pode resultar em degradação dos recursos naturais, uso inadequado do solo e sobrecarga da infraestrutura local, contrariando os princípios de preservação ambiental defendidos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No eixo do crescimento econômico, observa-se que a atividade turística, embora represente uma oportunidade de geração de renda, ainda apresenta baixo nível de diversificação e formalização. A limitação da infraestrutura turística, aliada à carência de investimentos públicos e privados, restringe o potencial econômico do turismo local. Essa fragilidade impacta diretamente o cumprimento do ODS 8, que trata do trabalho decente e do crescimento econômico, uma vez que a atividade turística ainda não se consolida como um vetor estruturante do desenvolvimento local.

No que se refere à gestão pública, o estudo evidencia fragilidades relacionadas à capacidade institucional e administrativa do município. A atuação do poder público ainda enfrenta desafios no que diz respeito à formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas ao turismo sustentável. A falta de integração entre planejamento, gestão territorial e políticas ambientais dificulta a adoção de estratégias eficazes que conciliem crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social, conforme proposto no problema de pesquisa deste trabalho.

No eixo da inclusão social, identifica-se como fragilidade a baixa participação da comunidade local nas decisões relacionadas ao turismo. A ausência de mecanismos efetivos de participação social limita o envolvimento da população nos benefícios gerados pela atividade turística, reduzindo seu potencial como instrumento de inclusão social e desenvolvimento comunitário. Essa situação vai de encontro aos princípios da Agenda 2030, que enfatizam a importância da participação social e da redução das desigualdades no processo de desenvolvimento.

Além disso, a escassez de capacitação técnica e profissional para os atores locais do turismo constitui outra fragilidade relevante. A falta de qualificação dificulta a oferta de serviços turísticos sustentáveis e de qualidade, comprometendo tanto a experiência do visitante quanto a geração de benefícios econômicos duradouros para a população local.

Portanto, as fragilidades identificadas no município de Ponte Alta do Bom Jesus estão diretamente relacionadas ao objeto de estudo deste trabalho, uma vez que evidenciam os desafios

enfrentados pela gestão pública e pela organização territorial na promoção do desenvolvimento sustentável do turismo. Superar essas limitações exige a adoção de estratégias integradas, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, capazes de fortalecer o planejamento, a governança, a participação comunitária e a preservação ambiental, garantindo que o turismo se consolide como um vetor de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente responsável.

#### **2.4- A atuação da gestão pública na organização territorial para o desenvolvimento do turismo.**

A organização territorial configura-se como um dos principais instrumentos de atuação da gestão pública na promoção do desenvolvimento turístico sustentável, sobretudo em municípios com elevado potencial ambiental e fragilidades estruturais, como Ponte Alta do Bom Jesus. Estudos indicam que o ordenamento do território permite disciplinar o uso e a ocupação do solo, reduzir conflitos socioambientais e orientar a localização de equipamentos turísticos, assegurando maior equilíbrio entre conservação ambiental e crescimento econômico (Boullón, 2002; Fernández et al., 2019).

Nesse sentido, a gestão pública assume papel estratégico ao articular políticas de planejamento urbano, meio ambiente, infraestrutura e turismo, evitando que a atividade se desenvolva de forma fragmentada. Cruz (2001) destaca que o turismo deve ser tratado como política transversal, integrada às estratégias de desenvolvimento regional, e não como setor isolado. Essa integração favorece a construção de territórios turísticos mais resilientes, capazes de absorver fluxos turísticos sem comprometer seus recursos naturais e socioculturais.

A literatura recente reforça que a governança territorial é elemento central nesse processo. Hall (2001) argumenta que o turismo é profundamente político, pois envolve decisões sobre uso do território, alocação de recursos públicos e distribuição de benefícios econômicos. Assim, a atuação do Estado como mediador entre interesses públicos, privados e comunitários torna-se indispensável para assegurar que o turismo contribua efetivamente para o desenvolvimento local sustentável.

Autores como Marín-González et al. (2022) ampliam esse debate ao enfatizar o conceito de Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), no qual a organização territorial deve partir das potencialidades endógenas, respeitando as especificidades ambientais, culturais e sociais de cada localidade. Para esses autores, políticas públicas eficazes são aquelas que valorizam o conhecimento local, promovem a participação comunitária e estimulam arranjos produtivos territoriais ligados ao turismo.

No âmbito do turismo sustentável, Olivera et al. (2020) ressaltam que o planejamento territorial permite definir zonas de uso turístico, áreas de proteção ambiental e espaços de interesse cultural, contribuindo para minimizar impactos negativos e ampliar os benefícios socioeconômicos. Essa abordagem é particularmente relevante em destinos de ecoturismo, onde a ausência de ordenamento pode gerar degradação ambiental, perda de identidade local e exclusão social, riscos já apontados no seu estudo sobre Ponte Alta do Bom Jesus.

Além disso, a Agenda 2030 reforça a responsabilidade dos governos locais na promoção de territórios sustentáveis, especialmente por meio do ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e do ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). A incorporação desses objetivos ao planejamento territorial do turismo fortalece a capacidade institucional dos municípios e orienta a formulação de políticas públicas alinhadas à sustentabilidade de longo prazo (ONU, 2015; Beni, 2019).

Portanto, os estudos analisados convergem ao demonstrar que a atuação da gestão pública na organização territorial é condição indispensável para o desenvolvimento do turismo sustentável. Quando fundamentada em planejamento estratégico, governança participativa e integração intersetorial, essa atuação possibilita que o turismo se consolide como instrumento de inclusão social, preservação ambiental e fortalecimento da identidade territorial, conforme evidenciado no caso de Ponte Alta do Bom Jesus.

### **3. METODOLOGIA**

A pesquisa bibliográfica desenvolvida buscou reunir, analisar e sintetizar a produção científica mais relevante sobre desenvolvimento sustentável, turismo sustentável, Agenda 2030 e gestão pública do turismo, construindo uma base teórica sólida e atualizada para o estudo.

Para isso, foram consultados diferentes bancos de dados nacionais e internacionais reconhecidos pelo rigor científico e pela amplitude de acervo, como SciELO, Google Scholar, Scopus, Web of Science, Periódicos CAPES, BDTD e repositórios institucionais, além de documentos oficiais publicados pela ONU e pela Organização Mundial do Turismo. A busca utilizou descritores específicos e combinados com operadores booleanos, permitindo localizar publicações relacionadas tanto aos conceitos centrais quanto às abordagens complementares, garantindo maior precisão e profundidade na seleção do material.

Foram considerados elegíveis livros, artigos científicos, teses, dissertações e relatórios técnicos disponíveis na íntegra, publicados entre 1987 e 2024 — período que compreende a

consolidação moderna dos debates sobre sustentabilidade a partir do Relatório Brundtland — e escritos em português, inglês ou espanhol.

Os critérios de inclusão priorizaram a relevância temática e o rigor acadêmico, enquanto os critérios de exclusão descartaram textos opinativos, documentos não revisados por pares, estudos desconexos dos objetivos da pesquisa, materiais indisponíveis em texto completo e publicações com metodologia frágil ou inadequada.

A seleção seguiu um processo gradual, iniciado pela leitura de títulos e resumos, seguido pela leitura integral dos trabalhos mais pertinentes, que foram analisados e organizados conforme suas contribuições teóricas. Esse procedimento permitiu identificar e integrar autores clássicos e contemporâneos — como Brundtland, Sachs, Swarbrooke, Hall, Hunter, Boullón, Cruz, Petrocchi e Beni — além de diretrizes institucionais da ONU e da OMT, que fundamentam os debates sobre sustentabilidade e turismo no cenário global. Assim, a pesquisa bibliográfica proporcionou compreensão abrangente, crítica e atualizada sobre os temas estudados, servindo de base consistente para análises posteriores.

A pesquisa proposta caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, uma vez que busca compreender em profundidade os desafios e as possibilidades de desenvolvimento sustentável do turismo em Ponte Alta do Bom Jesus.

A natureza qualitativa justifica-se pela ênfase na interpretação dos fenômenos sociais e ambientais relacionados à atividade turística, permitindo compreender como a gestão pública e a organização territorial influenciam diretamente os resultados obtidos pelo município. O caráter exploratório decorre da necessidade de levantar informações sobre uma temática ainda pouco estudada em municípios de pequeno porte, enquanto o caráter descritivo se evidencia na intenção de registrar, analisar e interpretar as práticas e os impactos observados na realidade local.

O procedimento técnico adotado será a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica será realizada por meio da análise de livros, artigos científicos, teses, dissertações e relatórios institucionais que abordem os temas turismo sustentável, gestão pública e organização territorial.

Segundo Marconi e Lakatos (2021, p. 46), “a pesquisa bibliográfica trata-se de levantamento de referências já publicadas, em forma de artigos científicos, livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado”, permitindo o aprofundamento do arcabouço teórico do estudo. A pesquisa documental, por sua vez, consistirá no exame de leis, planos diretores, relatórios governamentais e documentos oficiais emitidos por órgãos de turismo e meio ambiente, com o objetivo de compreender como as políticas públicas têm sido formuladas e aplicadas no

município.

A seleção das fontes seguirá critérios de relevância acadêmica, atualidade e pertinência temática. Serão priorizadas publicações dos últimos dez anos, além de obras clássicas que contribuíram para a consolidação dos conceitos de desenvolvimento sustentável e turismo. As informações coletadas foram organizadas em três categorias analíticas, Crescimento Econômico (CE) Preservação Ambiental (PA) e Inclusão Social (IS).

O processo de análise será fundamentado na interpretação crítica dos dados levantados, permitindo a comparação entre o referencial teórico e a realidade observada em Ponte Alta do Bom Jesus. Assim, a metodologia adotada busca assegurar rigor científico e consistência na discussão dos resultados, contribuindo para o mapeamento das estratégias que viabilizem o desenvolvimento sustentável do turismo no município.

Assim, após a coleta dos dados, o processo de tabulação dos dados podem melhor serem descritos conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Tratamento e tabulação dos dados da pesquisa

<b>Estratégias</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte/Documento</b>	<b>CE, PA, IS</b>
Estratégia 1	Eventos Locais Fomentando a Cultura Artística com a União do Governo Federal.	Diário Oficial DOEM\ Ed.407 pagina 1	Inclusão Social
Estratégia 2	Corrida Circuito Sustentável de Corrida de Rua.	Rede Social Oficial Instagram	Inclusão Social
Estratégia 3	Vibra Jovens do NUCA Transformando ideias em Ações	Rede Social Oficial Instagram	Preservação Ambiental
Estratégia 4	Novo Portal da Capital das Serras Gerais	Rede Social Oficial da Prefeitura Municipal	Crescimento Econômico

<b>Estratégias</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte/Documento</b>	<b>CE, PA, IS</b>
Estratégia 5	Playground no Balneario das Serras Gerais	Rede Social Oficial da Prefeitura Municipal	Inclusão Social
Estratégia 6	Reconstrução da Feira do Produtor	Rede Social Oficial da Prefeitura Municipal	Crescimento Econômico
Estratégia 7	Balneario Ribeirão Bonito	Rede Social Oficial	Preservação Ambiental
Estratégia 8	Balneario Serras Gerais	Rede Social Oficial da Prefeitura Municipal	Preservação Ambiental

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO**

A partir da exibição dos resultados obtidos pela pesquisa, necessário análise e discussão, a partir de cada estratégia descrita na seção anterior.

**Estratégia 1 – Eventos Locais Fomentando a Cultura Artística com Apoio do Governo Federal**

A promoção de eventos culturais com cooperação federal evidencia uma política pública orientada ao fortalecimento da identidade local e à democratização do acesso à cultura.

Esses eventos constituem instrumentos fundamentais para o desenvolvimento sociocultural, uma vez que estimulam o emergir de expressões artísticas, promovem a participação social e ampliam o capital cultural da comunidade. Além disso, reforçam a capacidade da administração municipal em mobilizar parcerias institucionais e captar recursos externos.

Do ponto de vista territorial, as ações culturais contribuem para dinamizar espaços públicos, valorizando praças, centros culturais e demais equipamentos urbanos como ambientes de interação social.

#### Estratégia 2 – Corrida Circuito Sustentável de Rua

A realização da Corrida Circuito Sustentável apresenta-se como uma intervenção que articula saúde pública, práticas esportivas e educação ambiental. Essa estratégia estimula hábitos saudáveis, promove a ocupação qualificada dos espaços urbanos e reforça a importância da sustentabilidade como eixo transversal das políticas municipais.

Ao valorizar percursos urbanos, a iniciativa também favorece a percepção coletiva do território e pode desencadear a requalificação de vias, calçadas e espaços de circulação.

Assim, a corrida constitui um mecanismo de integração social e ambiental, contribuindo para uma utilização mais responsável e inclusiva do espaço público.

#### Estratégia 3 – Vibra Jovens do NUCA: Transformando Ideias em Ações

A atuação do NUCA configura-se como uma política de participação cidadã voltada à juventude, cuja centralidade está na sensibilização socioambiental e no desenvolvimento de capacidades de liderança. Essa estratégia amplia o protagonismo juvenil e promove o engajamento em ações coletivas de preservação e sustentabilidade, aproximando jovens das agendas governamentais.

Ao estimular a criatividade e a inovação, o programa favorece a formação de sujeitos críticos e ativos, capazes de interferir de modo positivo na organização do território.

Desse modo, a iniciativa reforça a importância das políticas participativas e de educação ambiental para o fortalecimento da governança municipal.

#### Estratégia 4 – Novo Portal da Capital das Serras Gerais

A implantação do portal institucional marca um avanço no processo de modernização administrativa e de fortalecimento da identidade territorial.

O portal funciona como ferramenta de comunicação oficial, ampliando a transparência e a acessibilidade aos serviços públicos. Ao adotar e promover a marca “Capital das Serras Gerais”, a estratégia contribui para consolidar a imagem do município como polo turístico e cultural regional, o que favorece a atração de investimentos e visitantes.

Assim, o portal não é apenas um instrumento digital, mas um elemento de ordenamento simbólico do território e de gestão estratégica da imagem municipal.

#### Estratégia 5 – Implantação de Playground no Balneário das Serras Gerais

A criação de playground em área natural representa uma política de ampliação da inclusão social e da oferta de lazer público.

Essa intervenção fortalece vínculos comunitários, promove a convivência intergeracional e torna o balneário um espaço multifuncional que integra lazer, natureza e bem-estar.

Do ponto de vista da gestão territorial, o equipamento amplia a acessibilidade a espaços naturais e descentraliza a distribuição de áreas de recreação, contribuindo para um território mais equilibrado e socialmente integrado. A iniciativa também reforça a importância do uso sustentável dos recursos naturais, ao compatibilizar conservação ambiental e práticas recreativas.

#### Estratégia 6 – Reconstrução da Feira do Produtor

A reconstrução da Feira do Produtor representa uma política estratégica para fortalecer a agricultura familiar, dinamizar a economia local e promover a integração entre áreas urbanas e rurais.

Ao modernizar o espaço físico, o município melhora as condições de comercialização, amplia o fluxo de consumidores e valoriza o trabalho dos produtores rurais. A feira constitui um dispositivo fundamental para garantir segurança alimentar, promover produtos locais e estimular circuitos curtos de comercialização.

Em termos territoriais, a revitalização da feira organiza fluxos econômicos e sociais, estabelecendo um polo estruturante no espaço urbano e contribuindo para a vitalidade econômica municipal.

#### Estratégia 7 – Balneário Ribeirão Bonito

A valorização do Balneário Ribeirão Bonito reforça a preservação ambiental como eixo estratégico do desenvolvimento municipal.

Trata-se de uma iniciativa que promove o uso sustentável do território, articulando lazer, turismo ecológico e conservação dos recursos naturais. Essa estratégia fortalece a identidade ambiental do município e contribui para a proteção de paisagens naturais relevantes.

Ao integrar práticas educativas e fluxos turísticos organizados, o balneário atua como um instrumento de ordenamento territorial, assegurando que o uso recreativo não comprometa os ecossistemas locais e favorecendo um modelo de turismo sustentável.

#### Estratégia 8 – Balneário Serras Gerais

Assim como o Ribeirão Bonito, o Balneário Serras Gerais constitui-se como patrimônio ambiental estratégico, cujo cuidado reforça a centralidade da preservação e da sustentabilidade nas políticas municipais.

A gestão do balneário favorece a diversificação do turismo, valoriza o ambiente natural e fortalece a imagem do município como território sustentável. Em termos territoriais, esse balneário organiza fluxos de visitantes, impulsiona atividades econômicas complementares (como comércio e serviços turísticos) e contribui para a criação de áreas de lazer ambientalmente responsáveis.

Dessa forma, a estratégia consolida o balneário como espaço de convivência, preservação e fortalecimento da identidade regional.

Observa-se que o turismo em regiões de grande potencial ambiental, como o Jalapão, no estado do Tocantins, configura-se como vetor estratégico de desenvolvimento socioeconômico, ao mesmo tempo em que impõe desafios significativos relacionados à preservação dos recursos naturais e à organização territorial. O município de Ponte Alta do Bom Jesus, por ser a principal porta de entrada da região, assume papel central nesse processo, necessitando equilibrar o crescimento da atividade turística com a conservação ambiental, a valorização cultural e a inclusão social (Beni, 2021; Olivera et al., 2020).

A ausência de planejamento estruturado pode resultar em impactos negativos, como degradação de ecossistemas, sobrecarga da infraestrutura urbana, uso desordenado do solo e desigualdade no acesso aos benefícios gerados pela atividade turística (Loureiro; Moreira, 2019). Nesse cenário, a gestão pública municipal e a organização territorial tornam-se elementos fundamentais para articular estratégias que conciliem os interesses econômicos com os princípios do desenvolvimento sustentável, conforme preconizado pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (2015).

Neste contexto, observou-se que o desenvolvimento sustentável do turismo em Ponte Alta do Bom Jesus depende diretamente da capacidade da gestão pública municipal e da organização territorial em implementar políticas integradas, participativas e ambientalmente responsáveis.

Considerando o problema de pesquisa formulado, os pressupostos que orientam este estudo são: A adoção de políticas públicas integradas, associadas à participação efetiva da comunidade, favorece a consolidação de um modelo de turismo sustentável, conciliando preservação ambiental e crescimento econômico.

A organização territorial orientada por princípios de sustentabilidade promove maior equidade social, assegurando a distribuição mais justa dos benefícios provenientes da implementação das estratégias da gestão.

O fortalecimento da gestão pública municipal, por meio de capacitação técnica, planejamento estratégico e articulação interinstitucional, constitui condição necessária para a consolidação do turismo sustentável em Ponte Alta do Bom Jesus.

O turismo sustentável constitui uma oportunidade estratégica para conciliar crescimento econômico, preservação ambiental e valorização sociocultural. No Brasil, o ecoturismo tem apresentado expansão significativa, destacando-se regiões como o Jalapão, no Tocantins, que recebem um fluxo crescente de visitantes nacionais e internacionais (Beni, 2021). Nesse cenário, o município de Ponte Alta do Bom Jesus assume papel de relevância por ser a principal porta de entrada da região das Serras Gerais, o que lhe atribui responsabilidades adicionais quanto ao ordenamento territorial e à formulação de políticas públicas capazes de orientar a atividade turística de maneira sustentável.

Entretanto, observou-se que a ausência de planejamento estruturado pode comprometer a viabilidade da atividade turística no longo prazo, gerando impactos como degradação ambiental, uso desordenado do solo, sobrecarga da infraestrutura e desigualdade na distribuição dos benefícios socioeconômicos (Loureiro; Moreira, 2019). Esses riscos evidenciam a necessidade de estratégias de gestão pública de Ponte Alta do Bom Jesus precisam adotar, de modo que integrem interesses econômicos, demandas sociais e objetivos ambientais, em consonância com os princípios estabelecidos no Relatório Brundtland (Nações Unidas, 1987) e com as diretrizes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas, 2015).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atualmente a gestão municipal tem empreendido esforços significativos de melhorias estruturais, reconstruções estratégicas e ações voltadas para a modernização da administração turística. Iniciativas como a requalificação de vias de acesso, a recuperação de espaços públicos, as ampliações da infraestrutura de apoio ao turista, bem como a implementação de programas de capacitação e atualização profissional, demonstram um movimento concreto em direção a uma gestão mais eficiente e sustentável.

Essas intervenções reforçam a importância de políticas públicas fundamentadas nos princípios do desenvolvimento sustentável e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, evidenciando que avanços estruturais só se consolidam quando combinados a planejamento, governança e participação social. A capacitação técnica dos gestores, a elaboração de planos estratégicos de ordenamento territorial e a articulação interinstitucional entre secretarias, órgãos ambientais, empresários e comunidade local emergem como pilares fundamentais para garantir maior eficácia administrativa e continuidade das melhorias implementadas.

Outro aspecto relevante identificado foi o fortalecimento da participação comunitária, elemento indispensável para legitimar as políticas públicas e assegurar a distribuição equitativa dos benefícios gerados pelo turismo. A ampliação dos espaços de diálogo, a inclusão da comunidade em processos decisórios e a valorização do conhecimento local contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a construção de um turismo que respeite e conserve os recursos naturais e culturais do município.

A criação e fortalecimento da Feira do Produtor, por exemplo, representa não apenas um espaço de circulação econômica, mas um instrumento de valorização da agricultura familiar, estímulo ao empreendedorismo local e promoção da segurança alimentar, além de fortalecer o vínculo entre turismo e produção regional. Essa iniciativa contribui para dinamizar a economia local, ampliar a geração de renda e reforçar a identidade cultural do município, princípios centrais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Outra ação de grande relevância é a revitalização do Balneário das Serras Gerais, que recebeu melhorias estruturais significativas, incluindo a instalação de um novo playground, garantindo mais segurança e acessibilidade às famílias e turistas. Essa intervenção não apenas qualifica a experiência do visitante como também reforça o compromisso da gestão com a oferta de espaços de lazer sustentáveis, integrados ao ambiente natural e capazes de estimular atividades de recreação e bem-estar. Essa reestruturação demonstra preocupação com a conservação ambiental, ao mesmo tempo em que amplia o potencial turístico local.

Da mesma forma, a construção do novo Portal das Serras Gerais simboliza uma requalificação da imagem turística do município, fortalecendo sua identidade visual e consolidando Ponte Alta do Bom Jesus como porta de entrada do território das Serras Gerais. O portal funciona como um marco referencial turístico, contribuindo para a valorização da estética urbana, para a recepção adequada dos visitantes e para o fortalecimento da marca regional, integrando desenvolvimento econômico, cultura e planejamento territorial.

Essas ações, somadas a outras iniciativas estruturantes, como capacitações técnicas, melhorias na gestão administrativa e fortalecimento do diálogo com a comunidade, evidenciam que o município tem caminhado para um modelo de gestão mais moderno, participativo e comprometido com os princípios da Agenda 2030. A articulação interinstitucional entre secretarias, o apoio ao empreendedorismo local, a promoção da participação social e o investimento em infraestrutura demonstram que há um movimento claro em direção à construção de um turismo sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social.

Assim, conclui-se que o turismo sustentável em Ponte Alta do Bom Jesus só se consolidará plenamente mediante a continuidade dessa abordagem integrada, que já vem sendo construída pela gestão municipal e que valoriza a preservação dos recursos naturais, a qualificação dos equipamentos turísticos e o protagonismo da comunidade. O estudo permite compreender que o município possui potencial significativo para se tornar referência regional, desde que mantenha e amplie as estratégias que têm sido adotadas. Dessa forma, este trabalho contribui tanto para o avanço das discussões acadêmicas sobre turismo sustentável em municípios de pequeno porte quanto para subsidiar gestores, empresários e cidadãos na formulação de políticas e práticas que assegurem o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da identidade turística local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Ponte Alta do Bom Jesus (TO). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASS, Bernard M.; RIGGIO, Ronald E. **Transformational leadership**. 2. ed. New York: Psychology Press, 2006.

BENI, M. C. **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2021.

BENI, Mário Carlos. **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão**. São Paulo: Senac, 2019.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança: administração do sentido**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BOULLÓN, Roberto Carlos. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Ponte Alta do Bom Jesus – TO. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: \_\_\_\_ \_\_\_\_ 2026.

BRUNDTLAND, Gro Harlem (Org.). **Nosso futuro comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC: controle da qualidade total (no estilo japonês)**. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1992.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.

DALY, Herman E. **Beyond Growth: the economics of sustainable development**. Boston: Beacon Press, 1996.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **O gerente eficaz**. São Paulo: HarperCollins, 2016.

FERNÁNDEZ, J. A. et al. **Gestión pública y sostenibilidad: la organización territorial en el turismo**. Revista de Estudios Regionales, n. 115, p. 45-67, 2019.

GIMENEZ, Fernando Assis. **Gestão de operações no varejo: estratégia e prática**. São Paulo: Atlas, 2013.

HALL, C. Michael. **Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships**. Harlow: Prentice Hall, 2001.

HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth H.; JOHNSON, Dewey E. **Management of**

**organizational behavior: leading human resources.** 10. ed. New Jersey: Pearson, 2013.

HUNTER, Colin. Sustainable Tourism as an Adaptive Paradigm. *Annals of Tourism Research*, v. 24, n. 4, p. 850–867, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração: princípios e tendências.** 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

LANE, Bernard. What is rural tourism? *Journal of Sustainable Tourism*, v. 2, n. 1–2, p. 7–21, 1994.

LOUREIRO, C. F. B.; MOREIRA, T. A. **Educação ambiental e turismo sustentável: reflexões e práticas.** Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, tese de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARÍN-GONZÁLEZ, E. et al. **Desarrollo local sostenible y planificación territorial en municipios rurales.** *Journal of Sustainable Development*, v. 15, n. 2, p. 112-130, 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Brundtland: Nosso futuro comum.** Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 04 out. 2025.

OLIVERA, R. et al. **Ordenamiento territorial y turismo sostenible: análisis comparado en América Latina.** *Revista Latinoamericana de Turismo*, v. 10, n. 3, p. 55-73, 2020.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Tourism and Sustainability: Principles and Practice.** Madrid: WTO, 2001.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Tourism for Sustainable Development in the 2030 Agenda.** Madrid: WTO, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York: ONU, 2015.

PEARCE, Douglas. **Tourism Today: a geographical analysis.** 2. ed. Harlow: Longman, 1995.

PETROCCHI, Mario. **Gestão de destinos turísticos.** São Paulo: Aleph, 2009.

POLICE, F. **Identità e sviluppo locale: il ruolo delle comunità nel turismo sostenibile.** Bari: Edizioni Dedalo, 2010.

RAPOSO-GONZÁLEZ, R. **Turismo comunitário e inclusão social: perspectivas para o desenvolvimento sustentável.** Revista Iberoamericana de Turismo, v. 12, n. 1, p. 88-104, 2022.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SOREA, I.; DEFTA, C.; POPESCU, M. **Sustainable tourism and local communities: challenges and opportunities.** Journal of Tourism and Development, v. 39, p. 145-162, 2023.

STEPHEN, Robbins; COULTER, Mary. **Administração: mudanças e perspectivas.** 16. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2021.

WIKIPÉDIA. Ponte Alta do Bom Jesus. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 09 de agosto de 2025.